

## O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DE GERAÇÕES DE AGRICULTORES DE BAIXÃO, NO PIAUÍ

MAY WADDINGTON TELLES RIBEIRO

**RESUMO** *Este artigo apresenta a sucessão de estratégias de adaptação, utilização de recursos e comercialização nas formas de ocupação territorial de diferentes gerações de um grupo de retirantes migrados de Fronteiras, PI, durante a seca de 1877, formando pequenos núcleos em um vale no sudoeste piauiense que hoje se encontra cercado pelo complexo da soja. Agricultores do baixão que exploravam veredas e brejos conjugados com o extrativismo nas chapadas, e que aprenderam a usar o calcário nas terras altas e secas do cerrado para o plantio de arroz e formaram uma associação que adquiriu uma área de terras coletivas. Hoje, cercados por fazendeiros da soja ligados ao complexo da BUNGE, adaptam-se a novas situações de conflito e de oportunidades.*

**PALAVRAS - CHAVE** *Campesinato, agronegócio, conflito ambiental, saber local.*

**ABSTRACT** *This paper describes the succession of natural resources management of a group of families in a valley in southwestern Piauí, presently surrounded by the modern soy farming and processing complex. Traditional farming techniques change whilst they try to preserve their peasant autonomy. As 70s industrial farmers applied for government funds but made no real investments, they learned to use limestone which allowed them to cultivate dry areas above the plateau. They presently face challenges with recently established soy farmers.*

**KEY WORDS** *Peasants, agrobusiness, env. conflict, local knowledge.*

## O CERRADO DA VEZ NA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA NORDESTINA

Na última década, os cerrados piauienses se transformaram na nova fronteira do agronegócio da soja, dos biocombustíveis e da indústria da celulose, fazendo do Piauí, hoje, o estado de maior crescimento real do Produto Interno Bruto do País – 8,8% em 2008, de acordo com dados do IBGE, embora tenha mantido o menor PIB per capita brasileiro e uma das mais baixas participações no PIB nacional (IBGE, 2010). A tendência não é isolada, inscrevendo-se nos resultados positivos da agricultura para o mercado de commodities em estados como Goiás e Ceará ou nos avanços do agronegócio sobre a região conhecida como MATOPIBA (composto pelas siglas MA-TO-PI-BA), que compreende oeste da Bahia, sul do Maranhão, sudoeste do Piauí e norte de Tocantins.

Uruçuí, município que cresce rapidamente no sudoeste piauiense, é o maior produtor de soja do estado desde 2002, tendo subido do sexto lugar no ranking do PIB estadual em 2004, ao quarto em 2008, alcançando o primeiro em 2010 (CEPRO, 2011). No seu entorno, o cerrado cede às grandes plantações de soja em regime de plantio direto, dentro de um sistema integrado de produção, no qual megaempresas se articulam com agricultores empresariais paranaenses recentemente instalados na região, localmente conhecidos como “gaúchos”, embora sejam quase todos do Paraná. Essa alcunha deriva da migração de sulistas que atingiu o Maranhão, a partir de 1974, com a chegada ao estado de famílias oriundas do município de Não-me-toques, no RS, depois de um fracassado episódio de migração para o MT (ANDRADE, 2008).<sup>1</sup>

No entanto, os “gaúchos” que penetram o Piauí na última década chegam em condições diferentes da frente pioneira registrada no período de grandes conflitos com as populações locais. Correspondem ao movimento migratório descrito em trabalhos recentes que analisam grupos familiares estabelecidos

<sup>1</sup> Esse processo de colonização violento e espontâneo, sem orientação ou apoio de qualquer programa oficial, foi estudado por diversos pesquisadores, desde a década de 70, como mais uma entre a série de ondas de migrações.

por algumas gerações em Minas Gerais e Mato Grosso, desenvolvendo capacidade técnica e empresarial e assumindo as formas capitalistas de produção presentemente conhecidas como o agronegócio (HERÉDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010). Alguns desses estudos recentes sobre o agronegócio demonstram que, embora capitalizados e com competências gerenciais da modernidade capitalista, esses empresários rurais mantêm características culturais referentes à moralidade camponesa, em especial o valor-família, reproduzido para a organização familiar das empresas (COMERFORD, 2010). Expandem-se agora para a região de MATOPIBA, atraídos pelo baixo preço das terras. Grandes áreas são compradas para atender à demanda do plantio direto da soja, consorciada com milho e arroz.

A expansão do agronegócio recebe, no Piauí, o apoio institucional de uma nova elite política instalada a partir da eleição do PT no estado, agindo em sinergia com o governo federal para impulsionar obras de infraestrutura como barragens, ferrovias e estradas. O processo de desenvolvimento acelerado se sobrepõe à ocupação histórica do estado, na qual enormes latifúndios de pecuária extensiva dividiam o espaço com camponeses que se situavam ao longo de brejos, veredas e baixões aos pés das grandes chapadas. A história de ocupação tradicional dessas áreas resultou em sistemas de manejo específicos que equilibram a subsistência entre a lavoura e diferentes atividades extrativistas dirigidas ao comércio externo que se modificavam ao longo do tempo. Este trabalho descreve as estratégias de ocupação do território por camponeses em Roça Nova, no vale de Sebastião Leal, ao longo de um período de 120 anos, com especial ênfase nas formas de gerenciamento da razão terra/capacidade de suporte da família a cada geração.

Na medida em que muitas comunidades tradicionais têm sido cercadas ou deslocadas pelas novas ocupações de monocultivo ou por projetos de infraestrutura, acreditamos ser importante examinar como as famílias camponesas estudadas interpretam os novos fazendeiros, e quais suas estratégias para

se apropriarem e incorporarem novas atividades e produtos para manter suas formas tradicionais de produção e sociabilidade específicas. O encontro entre esses camponeses e os novos forasteiros é mais um de uma sequência de encontros, antes de contato com as elites locais ou com empreendedores da década de setenta. Verificaremos qual a zona de compartilhamento de valores morais com os novos forasteiros e como ela influencia as estratégias e interesses de cada grupo.

### **O CERRADO DA VEZ NA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA NORDESTINA OS “NOVOS GAÚCHOS” COMO PONTA DA ENGRENAGEM-MUNDO**

De Uruçuí às bordas da chapada com o mesmo nome, são longos 80 quilômetros de retas monótonas e planas em meio à atividade de tratoristas solitários a levantar grandes nuvens de poeira na preparação do solo recentemente desnudado. Os novos gaúchos que chegaram, capitalizados e capacitados, ocupam aqui a ponta de uma cadeia de produção internacional. No centro do sistema, visando o controle da cadeia produtiva, megaempresas constroem esmagadoras e armazéns, e fornecem sementes, insumos e agrotóxicos aos produtores, de forma a financiar boa parte da operação, cujo pagamento recebem em grãos que esmagam localmente para a fabricação de óleo e farelo. Dessa forma, a autonomia dos “gaúchos”, fazendeiros empresariais, é cada vez mais relativa e dependente de um sistema mundial no qual competem empresas nacionais e estrangeiras de grande porte.

O esforço gerencial pelo controle e pela centralização da produção está presente em toda a cadeia e fica claramente retratado, por exemplo, no setor de transporte e escoamento. Enquanto os grãos são carregados das lavouras até os armazéns em caminhões truco ou caçambas cada vez mais pertencentes às empresas, as carretas de cinco, sete ou nove eixos que cruzam as rodovias do país transportando grãos do armazém até

os portos marítimos ou portos secos ferroviários pertencem cada vez mais a empresas terceirizadas. A figura do caminhoneiro, pequeno empresário independente que acreditava ter atingido sua autonomia ao conseguir financiar o veículo, tende a desaparecer nesse processo de acumulação capitalista. Sindicatos não resistem às pressões sobre preço, prazos de pagamento e sistemas burocratizados de cartas de crédito que as empresas terceirizadas lhes impõem (entrevista com DLB, caminhoneiro, em 13 de setembro de 2010).

Diferentes regiões do Brasil foram ocupadas por diferentes empresas gigantes em competição. A esmagadora de grãos instalada em Uruçuí pertence ao conglomerado multinacional de empresas Bunge que atua em diversos segmentos; tradicionalmente um gigante na área de alimentos como óleos, gorduras e farinhas, nas últimas décadas comprou algumas fábricas dos fertilizantes que distribui e se estabeleceu no mercado da bioenergia, da logística e de embalagens. Na produção de óleo de soja e margarinas, compete com a Ceagro (regional) e a ABC (mineira) e com a também multinacional Kargill. Em uma ilustração clássica do momento do capitalismo mundial de acumulação (HARVEY, apud ACSELRAD, 2010), a competição entre esses capitais os induz à luta pela concentração e por volumes cada vez maiores de negócio para se manterem no jogo do desenvolvimento das forças produtivas, reduzindo cada vez mais o poder de negociação de fazendeiros, caminhoneiros e até fabricantes de fertilizantes e agrotóxicos nacionais. Que poder de negociação terão grupos camponeses ou mesmo governos locais nesse quadro?

## **O TERRITÓRIO REVELADO PELA MEMÓRIA E DOCUMENTOS FAMILIARES**

A beira do planalto demarca a fronteira entre a atividade da soja e a produção camponesa tradicional. Uma ondulante e íngreme estrada de terra penetra um vale com uma diversificada

2 Essas entrevistas realizadas no local e na região de Fronteiras, de onde migrou a família, serão citadas com abreviação de nome e apelido dos entrevistados, data e local da entrevista. A ocupação e/ou o grau de parentesco serão mencionados quando relevantes ao tema da entrevista. As entrevistas feitas no local da pesquisa, Roça Nova, serão citadas apenas com abreviatura e data.

floresta semi-decídua banhada por diversos riachos, córregos e pequenos açudes nos quais lavradores, ocupados em suas variadas atividades, se dividem em pequenas localidades, distribuídas ao longo do curso das águas. Entre eles, a família de Jesus de Deus Carvalho, seu Zuza, que se tornou objeto deste estudo de caso a partir de 2004.

Usamos diferentes fontes para analisar aspectos da vida de cada geração. Entrevistas com contraparentes no lugar de origem dos camponeses que fugiram da seca no sertão do Piauí, no século XIX, permitiram-nos vislumbrar as representações que os habitantes do agreste têm a respeito do Maranhão e como eram organizadas essas viagens.<sup>2</sup> Um conjunto de documentos da família Carvalho, incluindo comprovantes de pagamento de impostos, promissórias, notas de compras e indicações de alianças políticas em Floriano e Bertolínea, entre 1902 e 1964, permitiu recuperar informações sobre o uso dos recursos naturais e as relações comerciais existentes. As entrevistas com a geração de seu Zuza, irmãos e primos com idade entre 50 e 70 anos, possibilitaram compreender o conjunto de valores morais que atribuíam ao pai de todos, Cícero Carvalho, terceiro patriarca da família no local.

Considerando a produção camponesa como um conjunto dinâmico de relações e atividades variadas e cíclicas, no qual terra e família compõem um sistema moralmente integrado e hierarquizado em torno da figura do pai/chefe de família (CARNEIRO, 1998), vimos os dados e depoimentos recolhidos junto à família de seu Zuza corroborarem alguns valores amplamente citados na literatura especializada, tal como o valor-família ou a *honra* que organiza esse sistema (WOORTMAN, 1990).<sup>3</sup> No entanto, a pesquisa apontou novidades ao mostrar valores *inteligência* e *aptidão* para lidar com as novidades advindas do mundo externo enquanto qualidades necessárias ao chefe da família para que exerça a responsabilidade de zelar pelo interesse coletivo.

3 A família estudada se autodenomina como lavradores: “somos tudo roceiros” (Z1, maio 2003), desenvolve a agricultura de baixão consorciada com atividades extrativas, possui casa de farinha, engenhos de rapadura e reside em vizinhança de parentesco, se encaixando em definições clássicas do campesinato.

Percebe-se, nas sucessivas gerações, o esforço estratégico do chefe de família em manejar a equação território/capacidade de suporte, de forma a abrigar o maior número possível de descendentes, na medida em que as famílias aumentavam em tamanho, a cada geração. Os entrevistados orgulhavam-se de um saber que incluía a capacidade de negociação e de inovação que se revelou, como veremos, na forma como, nos anos setenta, a geração de seu Zuza adotou o uso do calcário “conquistando” o cerrado, deixando de se restringir às áreas de baixão e veredas no plantio de aprovisionamento.

Além do antigo proprietário da sede da fazenda, Borges Leal, os nomes de família mais citados em entrevistas e levantamentos são Souza, Veloso, Carvalho e Rodrigues, tendo, claramente, os Veloso e os Souza maior acesso a bens de consumo e a postos e recursos da administração pública e comércio, como indicam as placas do comércio e da política.

Um interessante manuscrito, de autoria de dona Ilsa Alves Santana de Souza – assistente de saúde e líder da pastoral da Igreja – apresentava carinhosamente a história local. Nascida em Uruçuí e radicada na sede do município pelo casamento, D. Ilsa registrou narrativas colhidas em conversas com seu avô, entremeadas com as informações geográficas e censitárias sobre o município recolhidas a partir de fontes oficiais. Esse singular esforço de historiografia apresenta diversas temporalidades simultâneas e sobrepostas, revelando diferentes ondas de ocupação do território.

Na parte oficiosa do manuscrito, aprendemos que a população do município é de 3854 habitantes (contra os 4116 do censo de 2010), e que foi emancipado através da Lei 4680 de 26 de janeiro de 1994, deixando de se chamar Irapuá para receber o nome do deputado Sebastião Leal. A vegetação é composta por 80% de áreas de cerrado, onde predominam solos arenosos e argilosos (nas chapadas altas, onde se pratica a agricultura mecanizada) e 20% de áreas úmidas (veredas, grotões, brejos)

com solos de massapé e aluvião, nos quais plantam os pequenos agricultores, que, conforme a autora registra, em 2004, estariam se unindo em cooperativas e associações para poderem efetuar a agricultura mecanizada que não conseguiriam individualmente.

Ao reconstituir a história do lugar, um tom quase mítico se instala no texto: cinco jovens portugueses chegam às “matarias que não tinham nenhum benefício feito pelo homem”, permanecendo “juntos até o fim”, nomeando, de acordo com suas aventuras, as localidades onde as famílias se situaram: Irapuá (sede do município), Sangue, Pratinha, e Cascavel. Nossos desbravadores agiam juntos, mas cada um “marcou um ponto e suas divisas nessas terras” onde “não havia ninguém”, retornando à terra natal para buscar suas famílias e se estabelecerem definitivamente. Na localidade de Irapuá ficou o Sr Eugênio Borges Leal, primeiro morador. Na “Chapadinha, perto do Bairro Veredinha (onde) está marcado onde seu Eugênio fez sua morada, enquanto viveu”. Outras famílias de lavradores chegaram a convite desse senhor e “por isso, até hoje o povo desta terra vive da lavoura” (SOUSA, 2004).

A falta de conflitos salta aos olhos nessa narrativa aprazível, na qual os membros da comunidade seguiam todas as decisões de seus líderes, sem discussões ou desavenças e onde o cenário social é composto de “famílias trazidas da terra natal”. A harmonia não condiz com a violenta história de dizimação dos povos indígenas nessa região, onde as forças armadas dos senhores de Jerumenha,<sup>4</sup> terra de ocupação das mais antigas no Piauí, eram constantemente convocadas a bloquear as tentativas de fuga dos índios aldeados que buscavam o caminho de volta à região de Tocantins (MIRANDA, 2005). Os próprios nomes das localidades no vale como “Sangue” ou “Chapadinha da Aldeia” remetem às batalhas ou às taperas com resquícios de objetos indígenas, contradizendo ausência humana no local. É apenas no segundo manuscrito que o relato de Dona Ilsa reconhece a chegada de famílias da região de Picos, no agreste piauiense, que

4 Município do qual foram desmembradas as terras dos municípios de Uruçuí e Bertolínea.



se instalaram no vale fugindo das secas. Assim, supomos que a narrativa de origem de Dona Ilsa, colhida de seu avô, se refere à macrorregião de Uruçuí, em uma era intermediária entre o período da devassa violenta dos índios e aquele da grande migração de lavradores que ocupou o sudoeste do Piauí e sul do Maranhão.

### A CHEGADA DE RETIRANTES DA SECA DE 1877

Identificamos a seca de 1877 como a que forçou o grupo de famílias que hoje ocupa o município de Sebastião Leal a se juntar às hostes de pernambucanos, paraibanos e cearenses que atravessavam o estado em direção a um Maranhão quase mítico, representado no imaginário de sertanejos como o lugar onde não se passava fome, pois havia “muita fruta nativa e nunca faltava água. (...) Tiravam pro centro do Piauí: Inhumas, Picos, ai descia Teresina, (ou) passavam por Floriano, pra chegar no Maranhão. E tinha era muito (retirantes)” (ent. d. P., Fronteiras, fev 2011).

A genealogia dos Carvalho indica que a migração de Fronteiras para Irapuá aconteceu em grupo, fato confirmado por entrevistas realizadas em Fronteiras, região de onde partiram: “Eles iam embora em grupos, em tropas de burros, era uma prática comum, em bandos. Era um povo que ia embora mesmo, e não voltava (...) Muitos Carvalho eram da Tiririca e do Torado, hoje município de São Julião”<sup>5</sup> (HRB, Fronteiras, fev 2011). O grupo não precisou alcançar o Maranhão, encontrando as condições necessárias para seu estabelecimento no vale do município de Aparecida (hoje Bertolínea), na data da Fazenda Chapada, cuja sede era a morada do senhor Eugênio Borges Leal.

A seca de 1877 ficou registrada como a mais terrível de todas pelo poeta popular de Pio XI, Justino José Fernandes: “75 choveu; 76 neblinou; Tudo que o cinco criou; 77 comeu; O povo se retirou; acossado da carência; só um Bom Deus de clemência; do seu trono não se move; espera ter paciência; vamos ver 79”. Nesse agreste piauiense que se considera “quase Ceará”, as

5 Na terra de origem restam, como uma marca identitária, essas múltiplas ausências que pontilham a memória local de referências a pessoas – muitas das quais haveriam se destacado em outras terras se tornando ilustres – que emigraram sem nunca voltar, porém nunca esqueceram o valor da terra natal: “São pessoas que morrem relembrando até as pedras do local... mas não voltam”. (entrevista em vídeo, HRB, fev. 2011).

memórias são lúgubres: “começaram a enterrar gente no poço, depois na casa de Pedro Firmino, depois enterraram na beira do rio”. As explicações são cruas e diretas: “foram para não morrer ‘da fome’” (ent. vídeo, d. P., Fronteiras, fev. 2011).

São muitas as indicações de que o grupo que ocupou o território do vale do Irapuá partiu em 1877; a começar pela afirmação de dona P., em Fronteiras, de que família que vive no Irapuá em Bertolínea é a “*irmandade*” de seu avô, Manoel Pereira de Souza, nascido em 1864, e que com 14 anos teve que assumir a responsabilidade de cuidar do patrimônio da família quando seus irmãos partiram. Seu avô foi o único dos irmãos a ficar porque alguém teria que cuidar “das mandiocas e da família que não conseguiriam se retirar”.

Os que ficavam “perdiam tudo”, como acontecia a cada seca: “Acabava o gado, acabava a ovelha, os bodes e até a caça miúda do mato, o peba, tatu, a seriema, a ema. Não tinha com que viver, minha filha, não dava uma chuva, passava um ano sem chover” (ent. d. P., Fronteiras, fev 2011). A descapitalização radical, conforme cantada nas décimas do poeta Justino, acontecia tanto com os mais pobres como com os proprietários de terras nesses tempos duros:

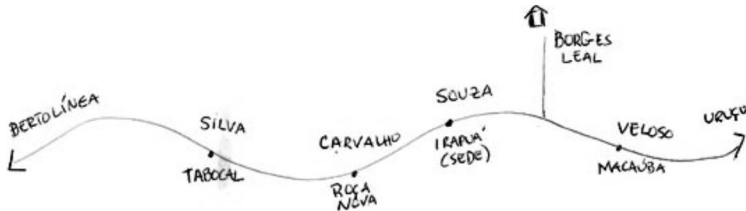
só tinha três pessoas de recursos aqui em Lagoa do Sapo: meu pai, Manoel de Souza Pereira, o primo dele, esse Ribeiro (da fazenda) Arapuá, e o Zé Batista, primo de meu avô, que tinha recurso e não passava necessidade. O mais era comendo fruto do mato, a macambira, mucunã, joá. Fruto do mato eles comiam (ent. d. P., Fronteiras, fev 2011).

Embora a recuperação econômica fosse difícil para todos, os proprietários de terra tinham melhores condições de refazerem seu patrimônio devido aos capitais social, cultural e político que detinham. Talvez por apresentar distinção social

em relação ao grupo de lavradores com quem viajaram em igual penúria, os Pereira de Souza tenham se situado na área mais próxima da sede da fazenda, ao chegarem a Irapuá. Se hoje os Carvalho se apresentam como “roceiros”, os Souza são a família mais proeminente no município, ocupando a prefeitura e outros cargos eletivos que dividem com os descendentes de Eugenio Leal. Alguns são destacados membros da sociedade teresinense, ocupando cargos políticos ou institucionais como a presidência da OAB estadual.<sup>6</sup>

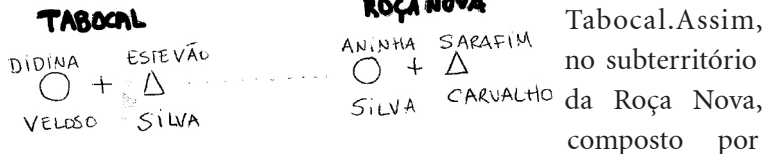
6 Interessante notar como na percepção dos Carvalho, conforme uma das esposas entrevistadas, os Souza são “lavradores como os outros”, que viraram os maiores proprietários das muitas terras soltas que cercaram porque são “trabalhadores demais” (ent. d.MC, out 2009).

Figura 1: Situação dos primeiros retirantes 1877



## A FAMÍLIA CARVALHO EM SEBASTIÃO LEAL

Ao chegar de Fronteiras, ainda no século XIX, o grupo de retirantes situou-se no vale, às margens dos córregos, estabelecendo vizinhança entre cunhados em quatro núcleos, e foi se entrelaçando através de alianças por casamento, incorporando, aos poucos, membros das famílias do lugar e raras pessoas de fora. Seu Sarafim Carvalho, bisavô de Zuza, batizou sua localidade de “Roça Nova” – situada a pouca distância do irmão de sua esposa, Estevão Bertolino da Silva, na área contígua de



famílias casadas entre si, vizinhas preferenciais de irmãos e cunhados, há relações de solidariedade e aliança que se estendem aos outros subterritórios e além das áreas ocupadas por suas múltiplas atividades.

Ao se instalarem no vale, depois de atravessarem o sertão no sentido do Maranhão, esses retirantes adotaram a prática produtiva caracterizada como “agricultura de baixão”, na qual utilizam-se quintais, veredas e terras úmidas nas margens de córregos para a roça de legumes, consorciados com o extrativismo e a criação de gado solto em terras comuns de cerrado na chapada de onde descem as águas (MORAES, 2009). Interessante registrar que a família “Rodrigues Carvalho” associou a produção da *roça de legumes* à produção de aguardente e rapadura (como os Ribeiro e Rodrigues da fazenda Arapuá, em Fronteiras). Apesar da memória da família se referir à região como sendo de “terras soltas”, a área constituía a fazenda Chapada, de Eugenio Borges Leal. É provável que tenham se instalado como agregados, prestando serviços ao senhor das terras, e que tenham, gradualmente, adquirido terra, como veremos adiante.

#### A SEGUNDA GERAÇÃO



O filho de Sarafim, Elpídio Rodrigues de Carvalho, se situou na Roça Nova, próximo a seus irmãos

Antônio, José, Luis e Bertoldo. Na medida em que Elpídio assumiu a liderança do grupo, seu ramo ficou conhecido como Carvalho, e seus irmãos e descendentes como Rodrigues. Elpídio se separou da primeira esposa, Anna, para casar-se em segundas núpcias com Maria da Glória Rodrigues, viúva de um Pereira de Souza. Seus filhos do primeiro casamento constituíram o ramo dos “Glorá”, se situando um pouco afastados do casal Elpídio e Glória, enquanto Anna Victal se mudou para perto dos Silva.

As informações que temos sobre como essa geração manejava os recursos naturais do vale foram deduzidas dos documentos comerciais preservados pela família, o mais antigo datando de

1902. Indicam uma atividade extrativista bastante intensa e a presença de uma rede comercial estruturada na região. Temos indicações dos produtos que circulavam na região em impressos distribuídos por comerciantes de Floriano em 1910, 12 e 13. Os preços eram atualizados ano a ano para a maniçoba limpa e uma variedade de produtos como a cera de carnaúba, couros espichados, mangabeira limpa, caucho limpo, *pennas* de ema, além de produtos de cultivo e criação como *pelles* de cabra e de ovelha de primeira e segunda, arroz em casca, farinha, tapioca, arroz pilado, feijão e milho.

A familiaridade com o extrativismo conforme já praticado no nordeste e a relação com comerciantes que organizavam essas redes de compra devem ter facilitado a confiança com a qual os jovens atendiam ao apelo da borracha, que atraía levas de nordestinos à Amazônia.<sup>7</sup> O intenso fluxo migratório de jovens homens à Amazônia, coincidindo com as grandes secas, subtraía parte importante da força de trabalho das famílias camponesas, interferindo na razão território/capacidade de suporte desses grupos familiares de forma que merece estudo.

Conforme apontamos em outro estudo (WADDINGTON, 2013a), havia semelhanças entre os sistemas de comercialização de produtos extrativos e o sistema de aviamento que se constituía na Amazônia em torno da borracha, tais como a presença das Casas Comerciais e as formas de controle contábil – que pouco especificavam os produtos dos lavradores trocados por mercadorias, registrados nas notas de forma genérica como “crédito”, promissórias, movimentos de caixa ou em pequenos recibos de crédito. No comércio em Aparecida ou na cidade portuária de Floriano, às margens do rio Parnaíba, só eram discriminados e medidos produtos como couro de veado, reses ou “cabazes de algodão”. As mercadorias que compravam, no entanto, eram detalhadamente enumeradas em notas com bela caligrafia, em blocos impressos com o orgulhoso nome dos respectivos comércios. Dessa forma, sabemos que Elpídio

7 Apesar do ciclo da borracha de maniçoba na região só ter atingido o seu pico em 1912, findando a partir de 1919, época do declínio do ciclo amazônico (QUEIROZ, 1994).

comprava, uma vez por ano, varas de morim do bom, metros de brim América, chita, brocado, riscado, bico branco para homem, *collarinhos dupplos*, meias de cor; meias para forro, botões de palito, quarta de linha, lã, novelos, lenços brancos, pólvora, chumbo, lata de soda, espoletas, lima triângulo, creolina, latas de banha, café, pimenta, canela, cominho doce, erva, *caximbo francez*, 2 colheres de prata alemã, 1 casal de pratos de esmalte, extratos, maços de grampo, rosário branco, enxadas jacaré. As notas mais antigas indicam comércio com Francisco Ferreira (entre 1902 a 1907), em Aparecida, e uma relação comercial de anos com Manoel Emydgio Pereira da Rocha, na qual circulam cálculos e bilhetes, avisos de visitas, cobranças, sempre em tom de respeitosa confiança e cortesia que revela o quanto o respeito e a palavra empenhada serviam como condição de possibilidade desse sistema comercial. Enquanto os recibos de crédito que Manoel Emydgio entregava a Elpídio eram em número de quatro ou cinco por ano, provavelmente em função de safras e períodos de produção determinados por ciclos da natureza, as idas ao comércio para efetuar compras em Aparecida, a 18 km, se dão apenas uma vez ao ano, revelando a autossuficiência do grupo. Em 1919, Elpídio parece descobrir Floriano, a 159 km de distância. Efetua a primeira compra com Leônidas Leão & Irmãos, rompendo a relação comercial com Manoel Emydgio que lhe escreve com o balanço geral de sua conta de 237:840 réis a favor do comerciante,

não tendo havido o menor crédito no referido anno. Como o amigo, em carta anterior, mostrou-me desejo de contennuar a fazer-me suas compras, preferência que muito agradeço, certamente antes virá, como é justo, pagar a conta vencida para fazer outra nova (Carta 19 abril 1921 – Manoel Emydgio a Elpídio Carvalho).

A partir de então, o comércio passa a ser quase que

exclusivamente com Leônidas Leão & Irmãos que lhes serve como casa comercial e banco.<sup>8</sup> O tom da correspondência reflete uma relação também cerimoniosa, porém mais impessoal que a anterior e distante a ponto de, em 1926, uma carta de Leônidas Leão revelar que um certo

José Raymundo Ferreira trasendo uma carta de fiança assignada por V S para a elle vender o que pretendesse. Em vista do grande merecimento que Vmcê tem perante nós, a elle aviamos mercadoria no valor de Rs191.100 tendo lançado o débito delle sobre sua responsabilidade....

e pedir, como foram informados de que a carta seria falsa, que Elpídio tomasse providências para que eles não ficassem com o prejuízo.

O golpe foi facilitado pelo fato de o comércio com a distante Floriano envolver emissários. Dificilmente Elpídio compra ou envia alguém que compre exclusivamente para a sua família nuclear. Encontramos no conjunto de notas que se estende até 1945 referências a mercadorias “para si próprio”, para seu irmão José Rodrigues, o primo Joaquim Silva, a primeira esposa, Anna Victal, o enteado, José Licínio e, a partir da década de 40, seu filho Cícero.

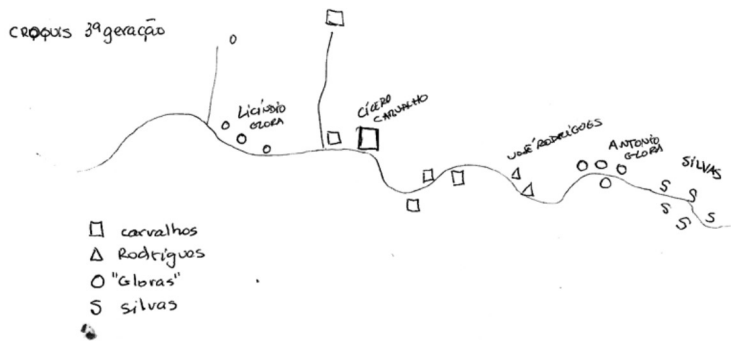
Embora o patriarca se apresente como elo intermediário entre o grupo e o mundo externo, sendo inclusive visitado por políticos, não se coloca como comerciante em nenhum momento. Não sabemos se o casamento com a viúva de um Pereira Souza pode ter contribuído para sua ascendência sobre o grupo. Os dados revelam a centralidade de Elpídio na medida em que esse grupo familiar estabelecido em Roça Nova cresce e se complexifica, na segunda geração, com o acesso ao comércio em Floriano provocando o rompimento com Bertolínea, em 1919. O acesso direto a uma das principais cidades portuárias

8 Com crédito a juros, cobrando impostos sobre mercadorias, usando termos contábeis mais específicos como duplicatas, cartas de fiança, memoranduns (recibos), anunciam importações e exportações, além de comissões e consignações. Em alguns momentos o comércio recebe um crédito de terceiros em nome de Elpídio, como um certo Dioclécio Ribeiro de Almeida, que deposita 100\$000 em sua conta, em 1936, ou Vicente José de Souza que deposita 320\$000 em 37.

certamente diminuiu o número de intermediários e aumentou a qualidade dos serviços que a família recebia.

Os impostos começam a ser recolhidos de forma eventual a partir de 1913, sobre a “roça de legumes”, rapadura, aguardente ou reses. Diferentemente do comércio, nas cobranças de impostos os produtos dos lavradores são claramente definidos e quantificados. Ao invés de notas orgulhosas e formais, alguns impostos são registrados em papéis de caderno assinados pelos coletores. Impostos territoriais para o município e o estado revelam a compra de parte das terras de Eugenio Borges Leal e são cobrados com constância até 1945, sempre na Data Chapada ou Fazenda Chapada, sem nenhuma referência ao tamanho da área, até que dois recibos apresentam indicações de aumento da área de 38 ha e 103 ha. A partir de 1937, esses pagamentos perdem a constância e saltam anos, com indicações de dívida ativa. Depois disso, há um recibo de Imposto Territorial de 1958 (um ano antes de sua morte) e outro de 1963, após sua morte.

### A TERCEIRA GERAÇÃO. CÍCERO DE CARVALHO



9 Portanto, 44 anos após a migração, Elpídio faleceu em 1959 ou 1960. Cícero faleceu em 20 de março de 1990.

Cícero de Deus Carvalho, pai de Zuza e dos seus muitos irmãos, nasceu em 1922, do segundo casamento de Elpídio<sup>9</sup> (com a viúva de um Souza). Essa nova geração seguiu o mesmo padrão das moradias, próximo à “irmandade” e aos cunhados. Os filhos do primeiro casamento de Maria da Gloria, os *Gloras*, se situaram



à meia distância entre os Silva – cunhados de Sarafim, tios de Elpídio – e os irmãos de Elpídio, os Rodrigues de Carvalho, hoje conhecidos como Rodrigues.

As entrevistas com os sete filhos de Cícero apresentaram uma intensa carga emotiva, indicando alguns valores que orientam esse grupo familiar nos elogios às suas qualidades religiosas e morais, talentos, saberes, técnicas, atividades políticas e cívicas: “Era uma pessoa muito da igreja católica, era pregador. Era amigo de todo mundo. Acho que por conta disso ele era um exemplo pra nós, a família” (ent. Z1, set 2009) ou “foi um homem vitorioso que criou nós com muita dignidade, sem estar enganando ninguém, graças a Deus. Um pai muito exemplar” (ent. Z2, nov. 2007). Tais qualidades de honradez e compromissos ético-religiosos eram fundamentais ao sistema comercial, no qual prevaleciam as relações de freguesia e de confiança, descrito na seção anterior. Também indicam o bom relacionamento com a vizinhança, tão fundamental aos adjuntos e trabalhos solidários nas roças.

Cícero transmitiu um saber valorizado por seus filhos, a respeito das formas de manejo do sistema de produção: “(era) muito importante na minha vida: ensinou a gente a trabalhar, nos deu educação eficiente pra tudo. Nós éramos muitos irmãos e a vida no interior não é fácil (ent. Z2, nov. 2007)”; ou “Ele sabia tocar de tudo na agricultura... A gente acompanhava aquele sistema dele, aí fomos criados daquele jeito e hoje continuamos... criando nossos filhos, nossos netos, dentro da agricultura” (ent. G1, set 2010); ou ainda, sobre o engenho de madeira: “Meu pai fez juntamente com nós, mas a cabeça mestre era dele, com certeza (...) ele deixou a descendência toda, qualquer um que entregar faz com competência” (ent. Z2, nov. 2007).

Esse saber extrapolava a agricultura, demonstrando uma criatividade que também é tida em alta conta:

“Ele era uma pessoa muito criativa. Aqui na região ele era o mais artista, fazia uma quantidade de coisa. Ele trabalhava

como ferreiro, consertava máquina de costura, arma e peças que faltava quando ele não encontrava para comprar ele mesmo fazia, batendo ferro” (ent. Z1, set 2009).

Possuía talentos musicais: “Não só na área da carpintaria, como na área de músico, meu pai chegou a fazer sanfona ao gosto dele, com o som que ele queria. Ele tocou muita sanfona, era sanfoneiro” (ent. Z2, nov. 2007). Sua capacidade de aprender é considerada além do normal, com qualidades extraordinárias: “Meu pai era muito inteligente... [comentando que Elpídio era carpinteiro, mas menos sabido]. Nunca teve professor (foi Deus), tudo que ele aprendeu ele sabia tudo por conta dele” (ent. Z2, nov. 2007).

Outra qualidade admirada era sua capacidade de “enxergar longe”, pensando no futuro, com instinto preservacionista:

quando meus avós chegaram aqui, encontraram essa madeira de grande valor: é bom pra móveis, porta, tudo enfim. É madeira mole, de grande resistência. [o pai ensinou a cuidar do cedro na roça] Tanto que aí na roça tem cedro em todo lugar, tem aqui tem outro acolá (Z1 na roça, nos mostrando os cedros que a família conserva desde os tempos do velho Elpídio, set 2009).

Cobrava dos filhos esse comportamento:

Ele mesmo carregava e fazia questão que cada um levasse um pé pra colocar em algum lugar pra plantar (ent. Z2, nov. 2007).

É tanto que a família todinha, os que mora aqui, os que têm suas casas é tudo fechado, as portas, feitas com essa madeira que a gente conserva, não deixa queimar. É só para a serventia da família, não damos pra todo

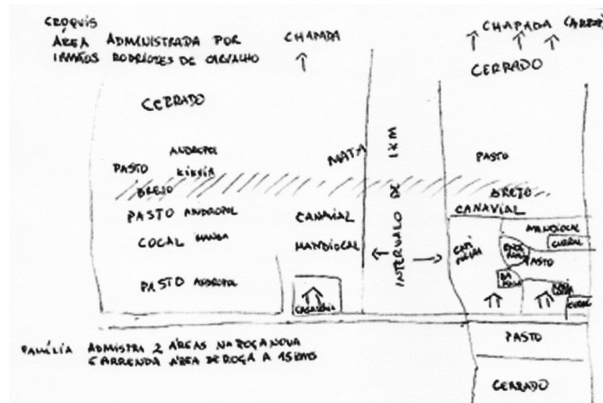
mundo. (...)Tem outra história linda do meu pai (...) ele era homem novinho ainda, ele pegou e plantou uma muda de cedro e ela cresceu em quantidade. Ele pegou, derrubou, cerrou e fez o caixão dele e foi sepultado com o caixão feito da madeira do cedro que ele mesmo plantou e ele fez (ent. Z1, set 2009).

O grande apego que Cícero tinha pela tradição e herança familiares se revela quando ele abandona seu instrumento musical diante da tristeza da perda do pai e da mãe: “Minha avó morreu em 59, meu avô [Elpídio] em 60 (...), então trouxe a ele muita tristeza e ele praticamente parou; tocava assim, pra nós, consertava a sanfona de alguém... mas festa mesmo ele parou... cedo” (ent. Z1, set 2009). O mesmo apego se manifesta no choro fácil de seus filhos ao falarem de Cícero ou de sua esposa, falecida em 2009. O engenho de rapadura, a casa de farinha, o carro de boi que sobraram no quintal de sua casa viraram assunto entre os irmãos que pensam em preservá-los:

pra ficar ao menos essa lembrança do meu pai porque teve a mão dele totalmente e ele pediu: quero todo traço feito por mim, todo risco aqui é meu, pra pelo menos vocês ficar com essa lembrança que não acaba fácil (...) é uma lembrança que não tem fim, até porque tem muitos pés de cedro que provavelmente vão durar muitos anos, sem destruir. Então, quase que uma relíquia (ent. Z2, nov. 2007).

Entre os valores acima, ressaltamos a indicação de que “[ensinou] que a gente tem que trabalhar todo dia porque gente pobre tem que trabalhar todo dia” (G1). Inúmeros autores, entre eles Wagley (1964), observam como nos sistemas de roça na Amazônia paraense, os problemas de saúde que impliquem em falta de disposição representam riscos gravíssimos que afetam o

resultado do conjunto de atividades, por vezes irreversivelmente. O gerenciamento dos recursos naturais exige do lavrador um estado de constante prontidão e disposição para manejar as diversas atividades interdependentes, cujo cumprimento é sempre vital para o movimento seguinte. A obediência ao chefe de família é uma obediência ao sistema global de gerenciamento dos recursos naturais do qual a reprodução da família depende. O descumprimento de uma tarefa de manejo de um território pontilhado por diferentes áreas de uso de recursos incorre no desabastecimento, um ano de descapitalização e fome que abala fortemente o grupo, cuja memória registra tempos de extrema penúria das secas. O desaproveitamento acarreta na perda da autonomia e da liberdade, obrigando indivíduos a venderem sua força de trabalho no mercado das fazendas e às migrações.



Aproximadamente cem anos após a migração de Fronteiras, quando os filhos de Cícero começavam a atingir maturidade como chefes de família, a razão entre disponibilidade de terras com capacidade de suporte para o número de descendentes em Roça Nova ainda era razoável, embora uma quantidade de parentes tivesse deixado a localidade. A migração de jovens homens de Roça Nova era significativamente inferior a de outras regiões do Piauí, nas quais foi grande o fluxo de “trecheiros” (migrantes para centros urbanos ou grandes construções) (WADDINGTON, 2011).

## A CONQUISTA DO CERRADO PARA A PRODUÇÃO DE ARROZ

Na década de 70, esses agricultores foram pressionados por especuladores de terras originários das famílias da elite política de Uruçuí, que demarcaram ou compraram o máximo de terras baratas e as venderam para um investidor pernambucano. Este último, “depois de comer o dinheiro” da SUDENE, abandonou a área “deixando a terra dividida”<sup>10</sup> (entrevista com vereador PJS, maio 2009). O conflito do grupo com o mundo externo começou a ser sentido quando esses, a quem chamaram de “projeteiros”, promoveram a grande pressão sobre o território das famílias do vale:

“Quando o pessoal de Uruçuí viu que tinha futuro e essas terras ninguém ia ter agressão por invadir, aí eles começaram a se infiltrar vindo de lá para cá (...) e aí não teve jeito, perdemos uma parte de nosso município aqui, dessa data Chapada: ficou pequena, ficou presa” (Z2, SL, set 2009).

A expansão das famílias de lavradores obrigou-os a arrendar áreas de roça distantes da área de moradia. Essa prática, que já vinha se estabelecendo na medida em que a família crescia e pressionando a disponibilidade de terras de baixão, veredas e várzeas, se agravou intensamente:

a gente trabalhava muito em terra de arrenda porque nossas terras era pequena, a família cresceu. Antes era aquela família, depois virou quantas, né? Aí a mesma área era insuficiente. Teve uns que saíram pra trabalhar de arrenda, aí eles sentiam muito ter que pagar a renda caríssima para as pessoas que tinham terra (...) A gente saía de casa, às vezes voltava no final de semana, mas quanta gente trabalhava a 35 km de distância roçando terras alheias e pra vim pra casa nem todo final de semana (ent Z2)

<sup>10</sup> Essas são as terras que hoje pertencem aos gaúchos, divididas entre as fazendas Progresso, Trento, Itália, Campo Verde e Chapada do Céu.

Uma nova dinâmica se estabeleceu no território do grupo, acarretando mudanças na relação técnica com a terra e seus recursos. Os jovens da geração de Zuza, que se empregaram com os *projeteiros*, aprenderam a usar o calcário para o plantio mecanizado de arroz nas terras da planície contíguas às suas roças. Isso representou uma inovação fundamental que aumentou a capacidade de suporte do território, permitindo um crescimento das famílias em proporções antes inimagináveis, diminuindo a pressão no sentido da migração:

Sempre digo que tenho essa mágoa (do pai) morrer antes de ver todo esse desenvolvimento. Ele sentia muita vontade de ver, porque a gente trabalhava em muita terra de arrenda, porque nossas terras era pequena e a família cresceu.(...) Ai, depois que passamos para a chapada, ampliamos (conforme) a nossa necessidade. Fiquei com pena porque foi justamente de noventa pra cá, quando ele morreu, não viu. (ent. Z2, 2009)

Essa pequena revolução tecnológica ocorrida entre os lavradores se operou através da experiência empírica dos camponeses e não através de programas de extensão rural (GUIVANT, 2003). Nossos sujeitos insistem que aprenderam “trabalhando no meio das fazendas” a mexer com maquinário e a aplicação de “remédios” e insumos, principalmente, o calcário. Apesar de reconhecerem a participação de técnicos da Emater no movimento de conquista da terra que descreveremos adiante, não reconhecem sua participação no processo de aprendizagem que os levou a conquistar o cerrado: “A gente teve essa técnica de aprender mesmo na prática. Daí ficou fácil pra gente que é agricultor, né? Tantas pessoas não entende, aí eu chego lá e entendo!” ( Z2, out 2009).

Desde sua primeira fala, seu Zuza se apresenta com a identidade de lavrador quando afirma que a maioria dos habitantes do lugar é “90% roceiros, somos tudo roceiros” (Z1,

maio 2003); assim como seu irmão que afirma orgulhosamente ser “lavrador de carteira” associado ao sindicato. Embora a importância do sindicato decorra do amparo diante da doença, da invalidez, e da velhice, o direito adquirido fortalece a identidade de lavrador, como fica claro na emoção de Seu Toinho Rodriguez, primo de Zuza, ao afirmar que, apesar de ter sido desqualificado a vida toda por ser um lavrador, foi isso que lhe auferiu sua aposentadoria (ent T, set 2010). Na medida em que o grupo constrói as formas de manejo dos recursos naturais no território para criar condições de reprodução e a segurança contra o risco de “*morrer da fome*”, acaba constituindo um sistema de vida no qual a identidade de roceiro ou lavrador implica no pertencimento ao grupo familiar.

Na medida em que os primeiros *projeteiros* desistiam da produção, passavam a arrendar as terras abandonadas a agricultores locais ou davam vez aos primeiros assentamentos na região (MORAES, 2009, p. 158). No caso da Roça Nova, estimulada por Abílio, um novo vizinho cearense com experiência junto à FETAG, a família Carvalho conseguiu reunir 22 agricultores chefes de família que, organizados em associação, cercaram 400 hectares de terra solta que utilizavam para as atividades que complementam aquelas vinculadas às terras de moradia ou roças arrendadas em locais distantes. Através de recursos do PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural<sup>11</sup>– conseguiram financiamento para o cercamento e para um trator. As terras não foram parceladas, mas cada família utiliza áreas de acordo com as condições que possui para financiar o trator e o plantio em terras secas. Embora o discurso local privilegie a harmonia, percebemos que algumas famílias Rodrigues não se adaptaram e pediram para sair da Associação, na qual parece haver uma predominância do grupo dos Carvalho. Mesmo que não haja uma coesão inequívoca e perfeita, a comunidade de Roça Nova, que agrega os Carvalho, Rodrigues, Glora, Silva e a família do cearense Abílio, ficou menos vulnerável à desterritorialização

11 Através do qual o Banco Mundial emprestava recursos aos estados do nordeste para a compra de tratores, implementos e insumos, administrados pela Secretaria de Planejamento do Estado. O início desse processo ainda se deu dentro do PAPP, Programa de Assistência ao Pequeno Produtor, que financiou a compra de insumos, gado, etc., sendo substituído pelo PCPR.

diante da ocupação de grandes áreas na chapada de Uruçuí pelo agronegócio.

12 Qualidade esta, a previsão, cuja repetição em diversos depoimentos e atribuída a diferentes personagens indica uma forte necessidade e carência nas relações com o mundo externo.

O processo de conquista de terras em nome de uma associação não é relatado com a memória de um conflito agudo com fazendeiros, mas com o orgulho da organização da família Carvalho, no qual as qualidades de harmonia, união e a paciência com os que “se encostaram depois”, são ressaltadas, assim como a qualidade do cearense sindicalista Abílio de “ver adiante”.<sup>12</sup> Da mesma forma como louvam a inteligência de Cícero, a dos irmãos que lideraram o processo é valorizada assim como a capacidade de articulação, o *saber conversar* com agentes externos da EMATER e do PCPR que lhes traziam os projetos disponibilizados pelo governo. Hoje o sindicato é dirigido por um dos irmãos. Aquilo que relatam como um período de lutas carrega menos o sentido do confronto do que do esforço nas muitas reuniões de convencimento dos locais que não aderiam automaticamente à ideia, longas negociações, idas à Câmara de vereadores em Bertolínea para as atividades da articulação que lhes conferiu o acesso a um direito.

## A CHEGADA DA SOJA

Os gaúchos começaram a comprar as terras na Chapada de Uruçuí por volta do ano 2000. Em Sebastião Leal, quatro fazendas ocuparam uma área de 160 mil hectares. Desmataram, respectivamente, 22 mil ha na Fazenda Progresso, 10 mil ha na Itália, 7500 ha na Trento, e 5 mil ha na Chapada do Céu, totalizando 45 mil hectares usados para a soja, em 2010. Atualmente, pressionam o território do vale invadindo áreas para incorporarem-nas como reserva permanente, o que lhes permitiria ampliar a área desmatada.

Existem queixas quanto à necessidade dos lavradores terem que utilizar produtos químicos na lavoura por conta das práticas agrícolas empresariais que espalham nuvens de veneno aplicado por aviões, desequilibrando fortemente a população



de insetos e espalhando pragas pela lavoura familiar. O desmatamento de grandes áreas elimina as abelhas e a fauna na região. Caminhoneiros, não comprometidos com a comunidade, influenciam os hábitos de socialização locais que, até nossa última visita, não apresentavam incidência significativa de prostituição. O grande fluxo de carretas a levantar nuvens de poeira na estrada PI-247, ainda sem asfalto, representa um grave risco para a saúde dos moradores locais, que contraem pneumonia crítica, bronquite e outras doenças respiratórias agudas. Acima de tudo, os moradores apontam uma alta incidência de casos de câncer atribuídos à contaminação das águas que descem da chapada para seus riachos e córregos.

Por outro lado, a presença dos gaúchos evita que jovens locais engrossem as hostes de maranhenses e piauienses que migram sazonalmente para trabalhar na cana em outros estados, se empregando nas fazendas durante o verão ou prestando serviços como construtores ou se especializarem como tratoristas. Um dos filhos de seu Zuza ocupa cargo administrativo na própria Bunge. Dessa forma, apesar das muitas críticas ao desmatamento e uso de agrotóxicos, o confronto com os gaúchos não se dá de forma aberta ou claramente assumida, mesmo regulada por negociações com o sindicato dos trabalhadores rurais vinculado à FETAG. Aos poucos, se estabelecem relações de cordialidade com funcionários da Bunge e com famílias gaúchas, o que deixa nossos entrevistados preocupados, por exemplo, com a publicação de críticas em nossos resultados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreendermos a reticência dos lavradores da Roça Nova em entrar em conflito aberto com os atuais fazendeiros gaúchos da soja, devemos considerar tanto os valores morais revelados pela figura de Cícero, como a longa história de relação com um “outro”, o “mundo externo”. Os *projeteiros* anteriores eram

malvistos”:

Veio uns falsos que só começaram(...), abriram mas era só pra tirar proveito e deixar tudo pra trás) e mais moralmente condenáveis do que os atuais gaúchos. (...) quando veio chegar umas pessoas agora de ideia pra crescer, só foi de 2000 pra cá, que ... chegaram pra ficar e aí realmente cresceu as fazendas (Z2)

Ao contrário da desonestidade e da falta de compromisso com o trabalho identificadas nos projeteiros da década de 70, os fazendeiros gaúchos compartilham de alguns dos valores caros aos Carvalho, como a família, o empreendedorismo, a dedicação à terra e ao projeto agrícola, com a admirada capacidade de “*ver longe*” e pensar no futuro.

Enquanto que em outras regiões semelhantes do Piauí ocorrem conflitos abertos entre plantadores de soja e agricultores do baixão, o fato de o grupo dos Carvalho ter garantido sua área de terras na chapada através de relações institucionais com programas governamentais mediados pela Fetag arrefeceu o conflito direto com os novos fazendeiros.

Isso não significa que não haja conflito de interesses. É provável que esse conflito se acirre na medida em que os gaúchos continuem a invadir as matas do vale e as registrem como reserva legal para justificar a expansão do desmatamento, ou na medida em que piore a contaminação das águas. Indica, no entanto, que os atuais chefes de família empregam estratégias para defender a maior razão possível entre capacidade de suporte e permanência de família na terra, recorrendo tanto a apoios institucionais e a adesão à agricultura mecanizada quanto a negociações com as empresas envolvidas no processo de produção da soja.

A experiência desse grupo familiar indica a importância da inclusão de terras de chapada em projetos de assentamento de lavradores, admitindo o extrativismo como parte do sistema de subsistência permitindo que esse sistema de

agricultura mantenha maior integridade. Para que haja justiça social e o mínimo de danos ambientais possível, é necessário que se fortaleçam os meios institucionais próprios de representação desses lavradores, como o sindicato ou secretarias especiais de governo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. & BEZERA, Gustavo. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental. In: ACSELRAD, H. & BEZERA, Gustavo. *Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2010, p. 179-209.
- ALMEIDA, A.W. B. *Terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: Ed. UFAM-PNSCA, 2008.
- ANDRADE, M.P. *Os gaúchos descobrem o Brasil*. São Luis: Edufma, 2008.
- ARRAIS, M.S.M.C. *Terra e Gente do Patrocínio*. Recife: UFPE, 2008.
- BRANDÃO, C. *Acumulação Primitiva Permanente in Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2010.
- BRASIL, Contas Regionais do Brasil. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default.shtm>. Acesso em: 17 nov 2010.
- CARNEIRO, M.J.T. *Camponeses, Agricultores e Pluritatividade*. Rio de Janeiro: Ed. Contracapa, 1998.
- CEPRO. Conjuntura Econômica 2010 - Boletim Analítico Anual. Contas Regionais do Brasil, 17/11/2010, IBGE, 2010.
- DANTAS, J. Avelar. *Fragments Históricos – Simões, Histórias, Fatos, Reminiscências e Homenagens*. Simões: Gráfica e editora Brito Ltda., 2000.
- GUIVANT, J. S. Pesticide Use, Risk Perception and Hybrid Local Knowledge. *Int. Journal of Food and Agriculture*, v.11, n. 1, Londres, UK, p. 41-51, 2003.
- HERÉDIA, B PALMEIRA, M., LEITE, S.P. Sociedade e Economia

do Agronegócio. *Rev. Bras. C. Soc.* v.25, n.74, São Paulo, p. 159-176, out 2010.

MORAES, M.D. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas. In: *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias*, vol. II. São Paulo: Unesp/NEAD, 2009, p. 131-162.

SOUSA, I.A.S. *História de Sebastião Leal*, manuscritos. S. Leal, Piauí, 2004.

VELHO, Otávio. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WOORTMAN, Klaas. “Com Parente não se Neguecia”. *Anuário Antropológico* 87, Brasília: Editora Tempo Brasileiro/Ed. UNB, p. 11-73, 1990.

WAGLEY, Charles. *Amazon Town, A Study of Man in the Tropics*. New York: Borzoi books on Latin America, Alfred A. Knopf, Inc., 1964.

---

MAY WADDINGTON TELLES RIBEIRO - Professora Adjunta 2 do PPG ANTROPOLOGIA/UFPI e PPG Desenvolvimento e Meio Ambiente /UFPI. Coordenadora do Programa de Pesquisas Dinâmicas Sociais e Ruralidades Contemporâneas, financiado pela CAPES através do Procad Novas Fronteiras estabelecido entre o PPGAARQ/UFPI e o CDPA/UFRRJ.